26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

ANTROPOFAGIA INFORMACIONAL: UMA TEORIA DA APROPRIAÇÃO PARA A SOBERANIA NO SUL GLOBAL

INFORMATIONAL ANTHROPOPHAGY: *APPROPRIATION AND EPISTEMIC SOVEREIGNTY IN THE GLOBAL SOUTH*

Claudio Paixão Anastácio de Paula – Universidade federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este trabalho propõe o conceito de Antropofagia Informacional como fundamento teórico para compreender a apropriação do conhecimento técnico como prática de soberania epistêmica em países periféricos. Partindo da metáfora antropofágica formulada pelo Modernismo brasileiro (especialmente da operação de transmutação do tabu em totem descrita por Oswald de Andrade e desenvolvida por seus intérpretes contemporâneos), o trabalho articula esse referencial com contribuições da Filosofia da Informação, em particular com a noção de informação como entidade que realiza trabalho no mundo mesmo sem substrato material imediato. O objetivo é demonstrar que práticas de inovação periférica, como a desobediência tecnológica cubana e o futurismo de plano chinês, constituem fenômenos informacionais que a Ciência da Informação ainda não nomeou com rigor conceitual próprio. A metodologia adotada é a revisão bibliográfica de natureza exploratória e interpretativa, articulando fontes da teoria literária, da filosofia da informação, dos estudos de inovação e da geopolítica do conhecimento. Os resultados indicam que a Antropofagia Informacional oferece um quadro analítico capaz de deslocar a apropriação informacional de uma categoria subsidiária para o centro do debate epistemológico da área, com implicações diretas para políticas de soberania tecnológica no Sul Global. Conclui-se que reconhecer e sistematizar essas práticas constitui não apenas um imperativo teórico, mas uma agenda política para a Ciência da Informação brasileira e latino-americana.
Palavras-chave: antropofagia informacional; apropriação da informação; filosofia da informação; epistemologia da Ciência da Informação; inovação tecnológica.

Abstract: This paper proposes the concept of Informational Anthropophagy as a theoretical framework for understanding the appropriation of technical knowledge as a practice of epistemic sovereignty in peripheral countries. Drawing on the anthropophagic metaphor developed within the Brazilian Modernist movement (particularly the operation of

transforming taboo into totem as formulated by Oswald de Andrade and elaborated by his contemporary interpreters) the paper articulates this framework with contributions from the Philosophy of Information, especially the notion of information as an entity that performs work in the world even without immediate material substrate. The objective is to demonstrate that practices of peripheral innovation, such as Cuban technological disobedience and Chinese blueprint futurismo, constitute informational phenomena that Information Science has yet to name with adequate conceptual precision. The methodology adopted is an exploratory and interpretive literature review, drawing on sources from literary theory, philosophy of information, innovation studies, and the geopolitics of knowledge. The results indicate that Informational Anthropophagy offers an analytical framework capable of repositioning knowledge appropriation from a subsidiary category to the center of the field's epistemological debate, with direct implications for technological sovereignty policies in the Global South. The paper concludes that recognizing and mapping these practices constitutes not only a theoretical imperative, but a political agenda for Brazilian and Latin American Information Science.
Keywords: informational anthropophagy; knowledge appropriation; philosophy of information; epistemology of Information Science; technological innovation.

1 DEVORAR PARA CONHECER: ANTROPOFAGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

> Levaram-me, então, para a sua cabana. Eu tinha as pernas amarradas em três lugares, de modo que só podia andar dando pulos com os dois pés juntos. Riam-se disso e diziam: "**aí vem a nossa comida pulando**" (Staden, 1974, p. 78. grifo nosso).

Este ensaio abraça a ideia de que a antropofagia oswaldiana, frequentemente reduzida a um movimento estético modernista, constitui, em rigor, a "única filosofia original brasileira" (Campos, 1976; Andrade, 2011). Mais do que uma metáfora literária, ela se estabelece como um processo da interpretação e, por vezes, é apontada como uma potente ferramenta de soberania nacional (Bersouza, 2025; Galvão, 2020). Ao propor a "devoração crítica do legado cultural universal" a partir do ponto de vista do "mau selvagem", a noção de antropofagia subverte a suposta passividade do colonizado, transformando a influência estrangeira em substância própria por meio de uma assimilação volitiva (Jobim, 2015; Rocha, 2011). No cerne desta "contra-ontologia", a operação metafísica fundamental é a transmutação do tabu em totem: o limite imposto pelo exterior é absorvido e ressignificado para servir à autonomia do sujeito local (Andrade, 2011; Viveiros de Castro, 2016).

Essa virada interpretativa não é apenas oportuna – ela é urgente, porque o horizonte em que nos movemos já não é o mesmo que o modernismo de Oswald de Andrade habitava. Figueiredo (2017), ao revisitar Deacon, propõe que a informação deixou de ser um suporte neutro de conteúdos para tornar-se algo mais perturbador: uma entidade que, a princípio, não

existe, mas que realiza trabalho – que constrange, orienta e transforma o real sem se reduzir à matéria. Se essa redefinição é correta, então o que está em jogo nas disputas tecnológicas contemporâneas não são apenas recursos ou mercados, mas os próprios termos em que o futuro poderá ser imaginado e produzido (Adams, 2003; Deacon, 2012; Figueiredo, 2017).

Neste contexto de "fim da globalização" e intensa competição tecnocientífica, o motivo condutor (*Leitmotiv*) aqui é a ideia de que a Ciência da Informação brasileira pode encontrar na proposta antropofágica um método estratégico para reconfigurar a busca por recursos de inovação. Propõe-se aqui que construtos como a desobediência tecnológica cubana e o futurismo de plano chinês não são derivados de fenômenos isolados e diversos, mas manifestações de um mesmo impulso antropofágico.

Essa problemática situa-se no próprio núcleo epistemológico da Ciência da Informação: compreender como a informação é apropriada (e o que se perde e o que se ganha nessa passagem). Mais do que um recurso disponível para transferência entre emissores e receptores, a informação constitui um processo relacional cuja realização depende das práticas interpretativas dos sujeitos que dela se apropriam (Capurro; Hjørland, 2007).

Essa concepção relacional da informação não é nova na Ciência da Informação brasileira. Mais de uma década antes da síntese paradigmática de Capurro e Hjørland, já em 1994, Barreto deslocava o foco de análise da mensagem como estrutura para a mudança gerada por ela no estado cognitivo do receptor. Trata-se de uma formulação pioneira (Barreto, 1994) que, na prática, antecipa a ideia de informação como entidade que realiza trabalho. Mais tarde, ao analisar a mudança estrutural no fluxo de conhecimento, Barreto (1998) define esse processo como apropriação. Se, no processo de apropriação, a informação só ganha sentido como conhecimento quando o sujeito a reconfigura sob suas próprias condições, não existe transferência neutra. Ou seja, a reconstrução sempre será situada.

Finalmente, será em Barreto (2002), contudo, que se pode encontrar uma chave essencial para esta discussão, ao distinguir a mera transferência da transmutação. Esta última é descrita não como um simples deslocamento, mas como a reconstrução de estruturas significantes ou a formação de uma nova espécie por mutação. Nesse momento, a tradição brasileira da área passa a acolher uma ideia preciosa para a discussão ora proposta: a de que a passagem da informação entre mundos distintos (mesmo entre o do emissor/criador para o receptor) já constitui, por si mesma, um processo de transformação da matéria estrangeira em uma substância de identidade própria.

A Antropofagia Informacional é uma radicalização desse triplo movimento – a potência de mudança (Barreto, 1994), o ato de apropriação (Barreto, 1998) e a transmutação como lógica estrutural (Barreto, 2002) – e o desloca para o eixo centro-periferia. O que Barreto propunha como condição geral do processo, este ensaio propõe como um método político de soberania técnica estabelecido às margens do sistema global. Sob essa mesma ótica, pode-se retornar ao debate paradigmático de Capurro e Hjørland (2007) para buscar amparo para a proposta antropofágica: não se trata de importar uma filosofia externa da informação, mas de devorá-la, digeri-la e recriá-la, radicalizando o paradigma social-pragmático já consolidado na área a partir da própria condição periférica.

Assim, a problemática deste ensaio não é apenas como sociedades periféricas acessam conhecimentos tecnológicos produzidos externamente, mas como esses conhecimentos são informacionalmente apropriados, transformados e reinseridos em novos contextos de significado e ação.

A tese central é que a Ciência da Informação pode sistematizar essas práticas como teoria de inovação para o Sul Global demonstrando que "devorar" o conhecimento técnico global para refuncionalizá-lo nas condições da margem não é subproduto do acesso à informação, mas o ato fundante pelo qual países como o Brasil transitam de receptores passivos para agentes soberanos da própria imaginação tecnológica (Appadurai, 1996; 2013).

2 O NASCIMENTO DA DEVORAÇÃO: CONFLUÊNCIAS INTERPRETATIVAS DA ANTROPOFAGIA

Como um exercício para compreender como a antropofagia pode fundamentar uma teoria de inovação informacional, pode-se partir da decomposição da sua recepção intelectual em quatro linhagens (ou vieses) fundamentais que transcendem o campo literário.

2.1 COMO “PARADIGMA FILOSÓFICO-CULTURAL BRASILEIRO”

A antropofagia estabelece-se como o "único sistema capaz de resistir quando acabar no mundo a tinta de escrever" (Andrade, 1928 *apud* Nodari, 2014, p. 1), consolidando-se como um paradigma que supera o binarismo entre cópia e criação. Quase um século após o Manifesto de 1928, esse corpus conceitual permanece, segundo os autores, como o arquétipo da "alma brasileira", operando sob o princípio da assimilação crítica. Segundo Bersouza (2025), a antropofagia não é apenas um movimento estético, mas um modo original de pensar as tensões entre o nacional e o universal, permitindo que a periferia (o Brasil), ou como é

proposto aqui, da “margem”, processe o legado do centro (Europa/EUA) sem complexos de inferioridade (Bersouza, 2025; Perrone-Moisés *apud* Galvão, 2020).

2.2 COMO “INTERPRETAÇÃO ORIGINAL DO BRASIL”

Oswald diagnostica a sociedade brasileira como "recalcada" por uma colonização jesuítica e patriarcal que impôs modelos externos (Bersouza, 2025; Galvão, 2020). A antropofagia surge, então, como uma **"vacina" ou terapêutica**. Ao propor a descida ao substrato primitivo e matriarcal, Oswald busca curar o país da passividade, sugerindo que a autonomia nacional depende da capacidade de devorar o colonizador para liberar as forças criativas sufocadas pela "consciência enlatada" da importação cultural (Andrade, 2011; Jobim, 2015; Nunes, 2011; Galvão, 2020; Bersouza, 2025).

2.3 COMO “TEORIA DA DESCOLONIZAÇÃO CULTURAL”

A antropofagia antecipa em décadas os debates contemporâneos sobre descolonialidade ao propor a apropriação do legado universal sob a ótica do "mau selvagem" (Jobim, 2015; Galvão, 2020). Ao contrário da submissão passiva (catequese), ela defende uma assimilação volitiva: a escolha consciente do que devorar e como ressignificar o que foi imposto (Jobim, 2015; Galvão, 2020; Sousa; Laurentino, 2025).

2.4 COMO “CATEGORIA FILOSÓFICA, EPISTEMOLÓGICA E ONTOLÓGICA”

A linhagem mais densa situa a antropofagia como uma contra-ontologia de interesse internacional (Viveiros de Castro, 2016; Nodari; Amaral, 2018). Ela recusa o dualismo ocidental (espírito *versus* corpo) ao afirmar que "o espírito se recusa a conceber o espírito sem o corpo" (Andrade, 2011), enraizando a alma na matéria e na ação (Matos, 2017). O que Nodari e Amaral (2018) encontram aqui é mais perturbador do que uma simples inversão de papéis: ao absorver o tabu ritualisticamente, o sujeito não apenas neutraliza a proibição – ele a digere até que o proibido se torne o que há de mais próprio. O totem não é o oposto do tabu; é o tabu depois de ter sido completamente assimilado. Essa distinção muda tudo quando transposta para o campo da inovação: não se trata de violar a propriedade intelectual do outro, mas de processá-la até que ela deixe de ser do outro. Segundo Viveiros de Castro (2016), a questão fundamental Oswaldiana (o “*Tupi or not Tupi*” – Andrade, 2011) inverte o dilema de Hamlet para "*Tupi or to be*", onde o "ser" (estático) é devorado pelo "devir"

(processo), resultando em um pensamento "incorporado" que é coextensivo à prática e à inovação (Viveiros de Castro, 2016).

3 DESOBEDIÊNCIA TECNOLÓGICA (E INFORMACIONAL): DE NECESSIDADE DE SOBREVIVÊNCIA A RITUAL DA RESISTÊNCIA

A desobediência tecnológica cubana (Oroza, 2012; 2015), enquanto prática e conceito, emerge – como bem destacam Resende e Paula (2024a; 2024b) – como uma resposta material e soberana à hegemonia técnica. Se a antropofagia oswaldiana propõe “devorar o outro para fortalecer-se”, a desobediência tecnológica opera essa “devoração” sobre os artefatos e sistemas informacionais impostos pelo centro global e pelas pressões e necessidades fabricadas pelo próprio capitalismo (Sousa; Laurentino, 2025).

Formulada pelo designer cubano Ernesto Oroza (2012; 2015), a desobediência tecnológica consolidou-se em Cuba durante o chamado “Período Especial em tempos de paz”, na década de 1990, quando o colapso da União Soviética e o recrudescimento do embargo norte-americano impuseram uma crise crônica de suprimentos (Oroza, 2012; Cuba’s Diy..., 2013; Resende; Paula, 2024a).

A resposta material da população cubana a esse colapso seguiu uma lógica de crescente ousadia em relação ao objeto técnico. Oroza (2015) a descreve em três movimentos – que, vale notar, não são categorias abstratas mas graus de desobediência vivida. O mais elementar é o reparo, o ato de 'imortalizar' objetos que o mercado já condenou à obsolescência. O passo seguinte é a refuncionalização, que não restaura o objeto, mas o subverte: toma suas partes e as insere em novas utilidades que a fábrica jamais havia previsto. O terceiro movimento, porém, é o que interessa mais diretamente à tese aqui desenvolvida: a reinvenção – a criação de objetos inteiramente novos a partir de fragmentos, como os *rikimbilis*, bicicletas motorizadas artesanais que representam não apenas uma solução prática, mas uma declaração de soberania sobre o mundo técnico. É nesse terceiro nível que a desobediência tecnológica se torna, de fato, um fenômeno informacional.

No cerne dessa resistência está o que Oroza define como um "irrespeito crescente pela identidade do produto"(Oroza, 2012). Para o sujeito desobediente (tecnológico), o objeto deixa de ser uma unidade fechada e opaca (uma "caixa-preta") intocável e protegida por marcas e *copyrights*. Em uma metáfora cirúrgica, Oroza afirma que, de tanto abrir e fragmentar aparelhos, o sujeito desobediente "insensibiliza-se com a estética da ferida",

passando a enxergar o produto não como uma identidade fixa, mas como uma "relação de partes" ou um "cúmulo de materiais disponíveis" para rearticulação conforme a necessidade local (Oroza, 2012). Essa subversão rompe com a "má consciência" do consumidor passivo e desafia a obsolescência programada (Sousa; Laurentino, 2025).

A partir do fenômeno material cubano, Resende e Paula (2024a) propõem o reconhecimento da "Desobediência Informacional" como um objeto legítimo de estudo para a Ciência da Informação. A desobediência informacional ocorre quando a informação e o conhecimento técnico são apropriados ritualisticamente e ressignificados para garantir a sobrevivência e a autonomia do sujeito (Resende; Paula, 2024b). Nesse sentido, a desobediência informacional não representa uma ruptura com os processos informacionais, mas uma forma alternativa de participação nesses processos, evidenciando que a circulação da informação envolve disputas por interpretação, controle e legitimidade (Hjørland, 2002).

Figueiredo (2017), ao retomar Deacon, sugere que o ritual cumpre uma função que a racionalidade técnica frequentemente subestima: ele fornece a redundância que torna o sentido estável o suficiente para ser compartilhado. Os cubanos que consertam ventiladores com peças de liquidificador não têm manuais – têm rituais de reparo transmitidos entre vizinhos. Isso não é folclore; é infraestrutura informacional.

Diferente da mera pirataria, a SNET cubana, rede comunitária e *offline* criada à revelia do Estado e do mercado, é o caso mais preciso do que está sendo proposto: conhecimento devorado para gerar o que o sistema original proibiu, circulando em comunidades de prática (Lave; Wenger, 1991; Wenger, 1998; Cabeza; Moura, 2015; Resende; Paula, 2024b) como ferramenta de soberania.

O conhecimento técnico protegido por legislações restritivas de propriedade intelectual funciona, para as comunidades de prática periféricas, exatamente como um tabu: é aquilo que não se pode tocar, reproduzir ou modificar sem incorrer em punição. O que a SNET revela é que, quando a sobrevivência está em jogo, o tabu não é respeitado – mais que transgredido, ele é devorado. E o que emerge do outro lado não é pirataria: é um totem comunitário, validado pela repetição e pela utilidade coletiva, não pelo certificado de origem

Sob a perspectiva da Ciência da Informação, essas comunidades revelam que a produção do conhecimento técnico não ocorre exclusivamente em instituições formais, mas também em redes sociais de aprendizagem, nas quais experiências, saberes tácitos e soluções locais circulam e são continuamente reinterpretados (Savolainen, 2008).

4 O FUTURISMO DE PLANO E A ESTRATÉGIA GLOBAL COMO FICÇÃO CIENTÍFICA

Cuba devorou objetos. A China devora futuros. A diferença não é de escala – é de temporalidade: onde a desobediência tecnológica opera no presente da escassez, o futurismo de plano opera no futuro da antecipação. Mas o impulso é o mesmo: transformar o conhecimento que circula globalmente em projeto próprio, recusando a posição de receptor passivo.

Wu Yan[1] chegou a uma conclusão tanto óbvia quanto radical: a ficção científica chinesa não é entretenimento nem escapismo, é *blueprint* – um esboço de desenvolvimento. Em seus estudos, ele propõe reconhecer no chamado "Futurismo de Plano", definido como o primeiro subgênero literário transfronteiriço da China a integrar produção cultural e planejamento social de forma deliberada (Wu Yan, 2023). A implicação é vertiginosa: se a ficção pode funcionar como projeto, então a imaginação deixa de ser um luxo periférico para tornar-se uma infraestrutura estratégica. Essa abordagem sistematiza a ficção como uma ferramenta para extrair "operações" e "experiências" aplicáveis à realidade (Wu Yan, 2023), transformando a imaginação em um fato social organizado (Appadurai, 1996; 2013).

A operacionalização dessa teoria ocorre de forma institucionalizada no, já mencionado, Centro de Ciência e Imaginação Humana em Shenzhen, onde a equipe do Professor Wu Yan realiza pesquisas que analisam o conteúdo da ficção científica para extrair indicadores de tendências e avaliações de risco aplicados à Inteligência Artificial e ao planejamento urbano (Wu Yan, 2023).

Um exemplo concreto desta antropofagia estratégica é o projeto do "Centro de Cultura e Indústria de Ficção Científica da China", liderado pelo Professor Wu Yan, que buscou transformar conceitos de ficção científica em pesquisa aplicada para o planejamento urbano de Shenzhen (Wu Yan, 2023; Universidade de Ciência e Tecnologia do Sul, 2026). Obras como *A Terra Errante*, de Liu Cixin, e *IA 2041*, de Kai-Fu Lee, são tratadas por sua equipe como repositórios de dados estruturados e "planos" (*blueprints*) que delineiam as etapas de implementação tecnológica e os dilemas éticos que o país deve "digerir" e antecipar antes que se materializem na realidade física (Wu Yan, 2023). Callahan (2022) enxerga nesses textos o espelho de uma paranóia geopolítica; Wu Yan (Universidade de Ciência e Tecnologia do Sul,

[1] Muito pouco conhecido fora de seu pais, Wu Yan é professor do Centro de Ciências Humanas e Sociais/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais e diretor executivo do Centro de Pesquisa em Ciência e Imaginação Humana da Universidade de Ciência e Tecnologia do Sul (SUSTech) na cidade de Shenzhen, na província de Guangdong, na China.

2026) os lê como mapas de engenharia. A divergência não é de detalhe – é uma disputa sobre o que a ficção científica é, e, portanto, sobre o que ela pode fazer. Para os fins deste ensaio, importa menos resolver essa disputa do que reconhecer que ela existe: o mesmo corpus literário é simultaneamente diagnóstico de ansiedade imperial e instrumento de planejamento soberano. Essa ambivalência, longe de ser um problema, é exatamente o que torna o futurismo de plano interessante para pensar a Ciência da Informação brasileira.

William A. Callahan (2022) parte de um diagnóstico que merece ser levado a sério antes de ser contestado: para compreender a estratégia global chinesa sob Xi Jinping, seria necessário ler sua ficção científica. A proposta não é extravagante – Callahan a fundamenta na "sociologia cósmica" construída por Liu Cixin na trilogia O Problema dos Três Corpos, onde a sobrevivência é a necessidade primária de qualquer civilização e o encontro com o Outro é estruturalmente uma ameaça. Para Callahan, isso não é apenas um recurso literário: a ficção de Liu Cixin veria as identidades como "essenciais e puras", sempre presas a um "dilema de segurança de soma zero com outras civilizações" – e essa lógica, na leitura do autor, atravessaria não só a política externa chinesa, mas os próprios sistemas de conhecimento que o país mobiliza. O problema não é o instrumento, mas a direção do argumento: ao projetar a ficção sobre a estratégia como se fosse uma confissão involuntária, Callahan transforma o que poderia ser uma análise cultural em um documento de contenção geopolítico.

O que o autor não entende é que o futurismo planejado chinês não aspira à unificação harmônica sob a égide do capitalismo neoliberal; é uma antropofagia defensiva, onde o conhecimento técnico global é devorado para fortalecer uma soberania que recusa a cooperação internacional como campo neutro. Nesse trajeto, acrescenta-se uma nova camada ao impulso antropofágico do Sul Global: a luta contra a tentação das potências tradicionais de manterem sua dominância pela exclusão radical das alteridades que lhes pareçam inconvenientes.

5 DEVORAR COM MÉTODO: ANTROPOFAGIA INFORMACIONAL COMO POLÍTICA DE ESTADO

Há algo paradoxal em sistematizar práticas que, por definição, escapam aos sistemas: a gambiarra não pede autorização, e o *blueprint* ficcional não passa por comitê de ética. Figueiredo (2017), ao dialogar com Deacon, não resolve esse paradoxo – nomeia-o com rigor.

A partir dessa interlocução, a informação pode ser redefinida como a "entidade

entencional arquetípica": não uma *commodity* estática, mas um fenômeno intrinsecamente incompleto que aponta para um fim e só se realiza no ato da interpretação – existindo não como registro do que já é, mas como restrição que molda o que ainda virá a ser. Ao se compreender a informação como esse "algo que a princípio não existe, mas realiza trabalho", pode-se ver na prática cubana e chinesa não apenas gambiarras ou ficções, mas processos teleodinâmicos que preenchem lacunas de desenvolvimento de forma soberana (Deacon, 2012; Figueiredo, 2017).

O que está sendo proposto aqui não é uma romantização da escassez, nem uma celebração ingênua da gambiarra como virtude popular. O que se propõe é mais preciso e mais exigente: que a Ciência da Informação brasileira trate a apropriação como uma categoria analítica de primeira grandeza – não como um subproduto do acesso à informação, mas como o ato fundante pelo qual o conhecimento técnico produzido no centro é reprocessado nas condições específicas da margem. Nesse sentido, Schwarz (1992), Andrade (2011) e Dias (2021) se tocam de um modo que raramente é explorado: as 'ideias fora do lugar" de Schwarz são o sintoma do que a antropofagia poderia curar.

Assim como o futurismo chinês utiliza a ficção como projeto de Estado, a imaginação social deixaria de ser fantasia para tornar-se projeto – não no sentido tecnocrático de um planejamento de cima para baixo, mas no sentido que Wu Yan dá ao *blueprint*: uma estrutura viva que antecipa o que ainda não existe. A questão não é se o Brasil pode "converter o tabu em totem" – já o fez, como mostrará a seção seguinte. A questão é se conseguirá fazê-lo com consciência de método (Andrade, 2011; Bersouza, 2025; Resende; Paula, 2024a). Para, depois, porque não, transformá-lo em um projeto de Estado.

Segundo Deacon (2012) e Figueiredo (2017), o trabalho semiótico é aquele realizado pela "diferença de potencial informacional", capaz de induzir um sistema a alterar seu estado físico e social. Desse modo, a interpretação antropofágica gera novas informações que, ao serem aplicadas à técnica (reparo, refuncionalização ou planejamento futurista), realizam trabalho concreto no mundo (Deacon, 2012; Oroza, 2012).

Isso exige, porém, mais do que uma reconfiguração conceitual. Exige saber o que fazer com o que não sabemos documentar.

6 UMA AGENDA ANTROPOFÁGICA DE PESQUISA[2]

Livre pensar é só pensar
— Millôr Fernandes

Uma agenda de pesquisa para a Antropofagia Informacional precisaria começar por um problema metodológico que costumamos ignorar: não sabemos documentar aquilo que acontece na margem. As soluções que mais interessam a esta teoria – as gambiarras, os *rikimbilis*, as redes *offline*, os futuros especulativos para além dos escritos ou estudados em Shenzhen – existem em registros dispersos, tácitos ou deliberadamente invisibilizados. O primeiro movimento seria, portanto, criar infraestrutura para torná-los legíveis sem traduzi-los imediatamente para os termos do centro. Pode-se chamar isso, com certo humor, de Capacidade de Inovação Adaptativa – ou CIA, numa ironia que o leitor atento não deixará passar. Mas o desafio real não é o nome: é evitar que o gesto de sistematizar reproduza a lógica extrativista que se pretende combater. Uma agenda de pesquisa antropofágica deve, ela mesma, ser antropofágica – devendo às comunidades de origem algo mais do que reconhecimento simbólico.

Em termos práticos, três movimentos se impõem: documentar soluções invisibilizadas (tanto em contextos de restrição material quanto em produções ficcionais e especulativas); traduzir conhecimentos tácitos e rituais de apropriação em registros técnicos analisáveis; e ampliar, por engenharia reversa, essas "devorações" locais para novos contextos.

A viabilidade dessa investigação exige um esforço interinstitucional capaz de criar uma infraestrutura – não um repositório estático, mas um banco de dados que mapeie a natureza das restrições, os recursos informacionais (e materiais) mobilizados e o "princípio geral" de cada solução, identificando padrões de "desobediência" replicáveis. Sob a ótica da Ciência da Informação, trata-se de compreender por que, em determinadas condições, a desobediência produz mais conhecimento do que a conformidade – não para celebrar a ilegalidade como virtude, mas para nomeá-la com rigor.

Por fim, essa agenda deve ser regida por um rigoroso compromisso com o compartilhamento de benefícios e o fortalecimento comunitário. Para evitar que a antropofagia se degenere em extrativismo de conhecimento ao estilo dos colonialismos e

[2] A expressão utilizada como epígrafe desta sessão era o título da célebre coluna que o jornalista mantinha no jornal O Pasquim, um dos maiores símbolos da resistência intelectual e humorística à ditadura cívico-militar brasileira entre os anos de 1960 e 1970. Posteriormente, o aforismo foi compilado em suas obras antológicas.

imperialismos pregressos e atuais, o projeto deve assegurar que o valor gerado retorne às comunidades de origem – não apenas como crédito simbólico, mas como capacidade real de continuar desobedecendo.

7 LÁ VEM A NOSSA INFORMAÇÃO PULANDO! DUAS, DE MUITAS, FACES DE UMA MESMA DEVORAÇÃO À GUISA DE CONCLUSÃO

Ao longo desta reflexão, buscou-se demonstrar que a antropofagia oswaldiana transcende o seu marco modernista para consolidar-se como aquilo que Nodari (2018) chama, remetendo a uma bravata oswaldiana, de “único sistema capaz de resistir quando acabar no mundo a tinta de escrever”. No presente, essa 'tinta' não é metáfora: é petróleo, semicondutor, água, frequência de espectro eletromagnético – os recursos cuja escassez é, em larga medida, fabricada para sustentar os níveis hiperbólicos de consumo dos centros dominantes. Fisher (2020) nomeou isso com precisão perturbadora: no “Realismo Capitalista”, a exaustão da biosfera e a barbárie social tornam-se naturalizadas porque o sistema não consegue conceber sua própria alternativa. A antropofagia não é a alternativa pronta – é o método para construí-la a partir do que resta.

A desobediência tecnológica cubana e o futurismo de plano chinês – bem como as milhares de variantes espalhadas pelas margens das potências imperialistas em disputa – são manifestações de um mesmo impulso antropofágico aplicado à técnica e à informação. Oroza revela a face material: a devoração do objeto industrial para refuncionalizá-lo em prol da sobrevivência (Oroza, 2012; Sousa; Laurentino, 2025). Wu Yan revela a face prospectiva: a ficção científica devorada como projeto estratégico de Estado (Wu Yan, 2023). Em ambos, a informação deixa de ser dado passivo para tornar-se entidade entencional (Figueiredo, 2017) que realiza trabalho – e, institucionalizada, altera a realidade física e social do Sul Global.

A expressão máxima dessa "desobediência" materializou-se historicamente na política brasileira de enfrentamento ao HIV/Aids, sobretudo no pioneirismo global ao decretar o licenciamento compulsório – popularizado como quebra de patente – do antirretroviral Efavirenz em 2007 (Cueto; Lopes, 2023; Magalhães; Antunes; Boechat, 2011). Ao subverter a lógica mercantil dos conglomerados farmacêuticos transnacionais sob a justificativa de interesse público e segurança nacional, o Estado brasileiro operou uma legítima "solução local" de apropriação e reprodução tecnológica.

O Efavirenz provou que a desobediência informacional tem dentes. O que o futurismo

de plano (Wu Yan, 2023) acrescenta é a outra metade da equação: não apenas a capacidade de romper com o que existe, mas de antecipar o que ainda não existe e transformar essa antecipação em política. Appadurai (1996; 2013) chamaria isso de imaginação como fato social – e o programa CBERS mostra que o Brasil já o praticou, mesmo sem nomeá-lo assim.

A tradução empírica dessa imaginação prospectiva encontra eco na cooperação aeroespacial sul-sul. O Programa Nacional de Atividades Espaciais brasileiro operou, no final do século XX, como catalisador de metodologias para o bloco: delegações de engenheiros chineses às instalações do INPE permitiram que a China internalizasse dinâmicas de gerenciamento de projetos e rastreamento de satélites em banda S, fundamentais para a consolidação do programa CBERS (Monserrat Filho, 2018; Giovanini, 2021). Os acordos de recepção de dados telemétricos com a Índia (Brasil, 2014) completam o quadro – infraestruturas periféricas subvertendo a dependência epistêmica do Norte, não como simulacro subdesenvolvido, mas como indicador concreto de soberania transnacional.

Conclui-se, ecoando a máxima oswaldiana, segundo a qual não existe outra alternativa a não ser tornar-se Tupi, e afirmando que, no século XXI, isso não é uma questão de identidade estática, mas de soberania interpretativa. Ser antropófago na Ciência da Informação significa recusar a consciência técnica "enlatada" e assumir a responsabilidade de "devorar" o mundo dos outros para produzir uma originalidade que responda às carências e potências do Brasil. "Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei da antropofagia" (Andrade, 1928, p. 3): a inovação para o Sul Global não deve ser apenas sentida "na carne, no osso e no sangue" (Dias, 2021; Oroza, 2012) – deve ser desobedientemente sorvida, até o tutano.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Frederick. The Informational Turn in Philosophy. **Minds and Machines**, Dordrecht, v. 13, n. 4, p. 471-501, 2003. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1023/A:1026244616112. Acesso em: 13 jun. 2026.

ANDRADE, Oswald de. **A utopia antropofágica**. 4. ed. São Paulo: Globo, 2011. (Obras completas de Oswald de Andrade). Disponível em: https://monoskop.org/images/a/ae/Oswald_de_Andrade_A_utopia_antropof%C3%A1gica_1990.pdf. Acesso em: 13 jun. 2026.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 3-7, maio 1928. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7064 . Acesso em: 13 jun. 2026.

MAGALHÃES, Jorge Lima de; ANTUNES, Adelaide Maria de Souza; BOECHAT, Nbia. Laboratórios farmacêuticos oficiais e sua relevância para a saúde pública no Brasil. **RECIIS – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 85-99, mar. 2011. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/512. Acesso em: 5 set. 2026.

APPADURAI, Arjun. **Modernity at large**: cultural dimensions of globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996. (Public Worlds, v. 1).

APPADURAI, Arjun. **The future as cultural fact**: Essays on the global condition. London: Verso, 2013.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, jul. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/5Q85NCzRFvJ8BLjjd54jLMv/?lang=pt. Acesso em: 5 set. 2026.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994. Disponível em: https://www.academia.edu/download/30941961/quest2.pdf. Acesso em: 5 set 2026.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mudança estrutural no fluxo de conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/3tHMbGLHmTTbDPD9w48wSMJ/?lang=pt. Acesso em: 5 set 2026.

BERSOUZA, Luiz Gustavo. A antropofagia como paradigma cultural brasileiro. **Primeira Escrita**, v. 12, n. 2, p. 154-162, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/revpres/article/view/24181. Acesso em: 5 set. 2026.

BRASIL. Agência Espacial Brasileira. Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação para a Ampliação da Estação Brasileira Terrestre de Recepção e Processamento de Dados dos Satélites de Sensoriamento Remoto Indianos (SRI). Brasília: **AEB**, 16 jul. 2014. Disponível em: https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional/india. Acesso em: 14 jun. 2026.

CABEZA, E. U. R; MOURA, M. **O DIY vive!**, São Carlos, n. 10, 2015. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/virus10/?sec=4&item=8&lang=pt. Acesso em: 11 jun. 2026.

CALLAHAN, William A. **China's Global Strategy as Science Fiction**. London: LSE IDEAS, 2022. (Strategic Updates). Disponível em: https://www.lse.ac.uk/asset-library/information/2023-su-chinasfcallahan.pdf . Acesso em: 13 jun. 2026.

CAMPOS, Augusto de. Revistas re-vistas: os antropófagos. *In*: CAMPOS, Augusto de (org.). **Revistas re-vistas**: os antropófagos. São Paulo: Abril Cultural: Metal Leve, 1976. Disponível

em: https://antropofagia.com.br/bibliotequinha/ensaios/revistas-re-vistas-os-antropofagos/. Acesso em: 13 jun. 2026.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, abr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000100012. Acesso em: 14 jun. 2026.

CUBA'S DIY inventions from 30 years of isolation. Direção/Publicação: Motherboard. Entrevistado: Ernesto Oroza. Havana, 2013. 1 vídeo (8 min). Publicado pelo canal Motherboard. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=v-XS4aueDUg . Acesso em: 10 jan. 2024.

CUETO, Marcos; LOPES, Gabriel. **Uma História Global e Brasileira da Aids, 1986-2021**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2023. Disponível em: https://www.fiocruz.br/livro/uma-historia-global-e-brasileira-da-aids-1986-2021. Acesso em: 14 jun. 2026.

DEACON, Terrence. **Incomplete Nature**: How Mind Emerged From Matter. New York: W. W. Norton & Company, 2012. Disponível em: https://archive.org/details/incompletenature0000deac. Acesso em: 13 jun. 2026.

DIAS, Luciana da Costa. Performance & Filosofia na América Latina: a antropofagia como um tipo de "Epistemologia do Sul". **DasQuestões**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 234-246, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/45689678/Performance_and_Filosofia_na_Am%C3%A9rica_Latina_A_antropofagia_como_um_tipo_de_Epistemologia_do_Sul_TOES_dossie_Antropofagias_Futuras_2021. Acesso em: 13 jun. 2026.

FIGUEIREDO, Suely Mara Ribeiro. **Linguagem e mente**: em Terrence Deacon. 2017. 141 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/517. Acesso em: 13 jun. 2026.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? Tradução Albeirice Lima. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. Disponível em: https://we.riseup.net/assets/590159/Realismo+Capitalista+Mark+Fisher.pdf. Acesso em: 13 jun. 2026.

GALVÃO, Raíssa Varandas. Manifesto e utopia: antropofagia e identidade nas reflexões de Oswald de Andrade como um intérprete do Brasil. **História, histórias**, Brasília, DF, v. 8, n. 15, p. 77-94, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/download/26848/25796/69021. Acesso em: 13 jun. 2026.

GIOVANINI, Adenilson. Satélite CBERS: Histórico e Aplicações. **Adenilson Giovanini**, 27 out. 2021. Disponível em: https://adenilsongiovanini.com.br/blog/satelite-cbers-historico-e-aplicacoes/. Acesso em: 13 jun. 2026.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249366184_Domain_analysis_in_information_science_Eleven_approaches_-_Traditional_as_well_as_innovative. Acesso em: 13 jun. 2026.

JOBIM, José Luís. O canibalismo como apropriação cultural: de Caliban ao Manifesto Antropófago. **Gragoatá**, Niterói, n. 39, p. 392-408, 2. sem. 2015. Disponível em: https://www.periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33356/19343. Acesso em: 13 jun. 2026.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/arena-attachments/1301652/cb419d882cd5bb5286069675b449da38.pdf?1506793465. Acesso em: 13 jun. 2026.

MATOS, Marcos de Almeida. Antropofagia: "a única filosofia original brasileira"? **Crítica Cultural**, Palhoça, SC, v. 12, n. 1, p. 53-69, jan./jun. 2017. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/4797. Acesso em: 13 jun. 2026.

MONSERRAT FILHO, José. Por que o CBERS-4 é um sucesso: A parceria espacial entre Brasil e China. **SBDA**, Rio de Janeiro, n. 1855, p. 1-2, out. 2018. Disponível em: https://sbda.org.br/wp-content/uploads/2018/10/1855.pdf. Acesso em: 13 jun. 2026.

NODARI, Alexandre. "Antropofagia. Único sistema capaz de resistir quando acabar no mundo a tinta de escrever". *In*: MENDONÇA, Júlio (org.). **Que Pós-utopia é esta?**. São Paulo: Giostri, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/17573406/_Antropofagia_%C3%9Anico_sistema_capaz_de_resistir_quando_acabar_no_mundo_a_tinta_de_escrever_. Acesso em: 13 jun. 2026.

NODARI, Alexandre; AMARAL, Maria Carolina de Almeida. A questão (indígena) do Manifesto Antropófago. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 2461-2502, 2018. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/37974. Acesso em: 13 jun. 2026.

NUNES, Benedito. Antropofagia ao alcance de todos. In: ANDRADE, Oswald de. **A utopia antropofágica**. 4. ed. São Paulo: Globo, 2011. p. 7-56. (Obras completas de Oswald de Andrade).

OROZA, Ernesto. Desobediencia Tecnológica. De la revolución al revolico. **Ernesto Oroza**, 6 jun. 2012. Disponível em: http://www.ernestooroza.com/desobediencia-tecnologica-de-la-revolucion-al-revolico/. Acesso em: 11 jun. 2026.

OROZA, Ernesto. **Desobediência tecnológica**: catálogo da exposição Caixa Cultural de Recife. Recife: Caixa Cultural Recife, 2015. 16 p. Disponível em:

https://www.ernestooroza.com/desobediencia-tecnologica-caixa-cultural-recife/. Acesso em: 13 jun. 2026.

RESENDE, Walisson da Costa; PAULA, Claudio Paixão Anastácio de. Desobediência informacional: uma teoria ou um fenômeno apropriativo? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: ANCIB: PPGCI-UFES, 2024a. v. 1, p. 1-15. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/1532. Acesso em: 13 jun. 2026.

RESENDE, Walisson da Costa; PAULA, Claudio Paixão Anastácio de. Gambiarra ou morte: a criação de uma rede de computadores nacional em Cuba através da desobediência tecnológica e informacional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ULEPICC-BRASIL, 10., 2024, São Cristóvão. **Anais** [...]. São Cristóvão: Ulepicc-Brasil, 2024b. v. 1, p. 1-2. Disponível em: https://doity.com.br/anais/x-encontro-da-ulepicc-brasil-sergipe/area/41842. Acesso em: 12 jun. 2026.

ROCHA, João Cezar de Castro. Uma teoria de exportação? Ou: "Antropofagia como visão de mundo". *In*: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). **Antropofagia hoje?**: reflexões sobre o manifesto oswaldiano. São Paulo: É Realizações, 2011. p. 43-69.

SAVOLAINEN, Reijo. **Everyday information practices**: a social phenomenological perspective. Lanham: Scarecrow Press, 2008. Disponível em: https://archive.org/details/everydayinformat0000savo/page/n3/mode/2up. Acesso em: 13 jun. 2026.

SCHWARZ, Roberto. **Misplaced Ideas**: Essays on Brazilian Culture. London: Verso, 1992. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/707107570/Misplaced-Ideas-Essays-on-Brazilian-Culture-Roberto-Schwarz-John-Gledson-Editor-Z-Library. Acesso em: 5 set. 2026.

SOUSA, Luana da Rocha; LAURENTINO, Auta. Desobedecer o capital, sonhar o sol: a desobediência e esperança na imaginação de futuros possíveis. **Transverso**, Belo Horizonte, MG, v. 1, n. 18, p. 164-175, dez. 2025. Disponível em: https://revista.uemg.br/transverso/article/view/10456. Acesso em: 13 jun. 2026.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 216 p. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 17). Disponível em: https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/viagem-ao-brasil.pdf. Acesso em: 13 jun. 2026.

UNIVERSIDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL. Centro de Pesquisa em Criação e Industrialização da Ficção Científica. Centro de Pesquisa em Ciência e Imaginação Humana. **Relatório de Impacto de 2025**. Shenzhen: SUSTech, 2026. Disponível em: https://www.chinawriter.com.cn/n1/2026/0113/c404079-40644410.html. Acesso em: 12 jun. 2026.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Que temos nós com isso? *In*: AZEVEDO, Beatriz. **Antropofagia**: palimpsesto selvagem. São Paulo: Cosac Naify, 2016. Disponível em:

https://www.academia.edu/72708541/ANTROPOFAGIA_PALIMPSESTO_SELVAGEM. Acesso em: 13 jun. 2026.

WENGER, Etienne. **Communities of Practice**: learning, meaning and identity. New York: Cambridge University Press, 1998. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/225256730_Wenger_E_1998_Communities_of_practice_Learning_meaning_and_identity. Acesso em: 13 jun. 2026.

WU, Yan. Blueprint Futurism Science Fiction: Origin, Development and Nature. **Comparative Literature in China**, Shanghai, n. 4, p. 29-41, 2023. Disponível em: https://clc.shisu.edu.cn/EN/lexeme/showArticleByLexeme.do?articleID=366. Acesso em: 13 jun. 2026.